

Leilão de distribuidoras será feito mesmo sem nova lei

Por Daniel Rittner, Fabio Murakawa, Camila Maia e Rodrigo Polito | De Brasília, São Paulo e do Rio

O governo decidiu promover o leilão das distribuidoras de energia, no dia 26 deste mês, mesmo que o Senado adie para agosto a votação do projeto de lei que reforça a segurança jurídica da operação. Fontes do Ministério de Minas e Energia admitem que a atratividade de algumas das empresas diminui sem a aprovação do projeto, mas acreditam que a perspectiva de aprovação em agosto pode acalmar os investidores.

Se ainda assim não houver interessados, o governo cogita repetir o certame algumas semanas depois, quando aposta que o projeto de lei terá sido finalmente aprovado pelo Senado e sancionado pelo presidente Michel Temer. Na avaliação do ministério, distribuidoras como a Cepisa, do Piauí, não têm a atratividade afetada e a chance de venda é grande. "O risco de dar vazio é zero", sustenta

um assessor graduado.

Na noite de terça-feira, a Câmara aprovou o projeto. Ontem, os líderes do governo tentaram, sem sucesso, acelerar a tramitação no Senado votando diretamente em plenário. Como não houve acordo com a oposição, a votação foi adiada para agosto. Segundo um senador envolvido nas negociações, havia risco de derrota do Planalto. O governo ainda tentará trabalhar para que a votação ocorra antes do recesso, no dia 17, mas é improvável que isso ocorra.

Num sinal de que a tramitação pode não ser tranquila, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) defendeu que o projeto seja analisado antes em comissão. "Não tem como. Só se rasgarem o regimento", advertiu o senador, que é contra a venda da distribuidora de seu Estado. "A discussão da Câmara não é a discussão do Senado. Nem sabemos o que eles votaram ontem". O Valor apurou que Cepisa e Ceal, de Alagoas, são consideradas atrativas pelo setor privado.

Empresas elétricas já se movimentam para leilão de distribuidoras

Por Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e Rio



Evaldo Santana, da Abrace: mudanças no projeto de lei vão trazer uma conta muito grande para os consumidores.

As principais companhias do setor de distribuição de energia do país estão se movendo para o leilão das seis distribuidoras da Eletrobras à venda, apurou o Valor. As duas empresas do Nordeste (Ceal, do Alagoas e Cepisa, do Piauí) são as mais atrativas, mas a expectativa é que, havendo segurança jurídica e legal, todas as seis concessionárias podem ser privatizadas.

A participação dos investidores no leilão depende ainda da aprovação pelo Senado e do sancionamento presidencial do projeto de lei (PL) 10.332, que viabiliza a venda das empresas do Norte, e também da derrubada de uma liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Levandowski que veta a venda da Ceal.

A Equatorial Energia estava avaliando todas as distribuidoras, mas deve concentrar seus esforços nas quatro localizadas no Norte: Eletroacre, Amazonas Energia, Ceron (Rondônia) e Boa Vista (Roraima).

A companhia é a preferida para ficar com a Amazonas Energia, a mais problemática das distribuidoras da Eletrobras, por sua experiência na recuperação da Celpa (Pará) e da Cemar (Maranhão).

Além da Equatorial, a Amazonas Energia também atraiu a atenção de uma companhia local do Amazonas, a Oliveira Energia, que atua com locação e manutenção de geradores na região e arrematou três contratos como produtora independente de energia no último leilão de sistemas isolados do Amazonas. Segundo uma fonte, a empresa acessou o "data room" da distribuidora amazonense.

A gestora Vinci Partners é outra que está interessada nas companhias no Norte, e sua participação no leilão depende de conseguir levantar os recursos para isso. Segundo fontes, as prioridades da Vinci são Ceron e Eletroacre.

A Vinci Partners também teria interesse nas distribuidoras do Nordeste, mas a expectativa é que as duas atrairão grande competição, deve afastar a gestora dos ativos,

pela possibilidade de um desembolso muito elevado.

Para Ceal e Cepisa, as principais candidatas são Energisa e Neoenergia, apurou o Valor. As duas companhias têm concessões de distribuição na região e teriam ganhos expressivos com sinergias.

A derrota para a Enel na disputa pela Eletropaulo é outro fator que aumentou o interesse pelas distribuidoras, principalmente no caso da Neoenergia, que é controlada pela espanhola Iberdrola.

O Valor apurou que, após perder a disputa pela distribuidora de energia paulista, a Neoenergia tem trabalhado intensamente para arrematar a Ceal e a Cepisa, situadas em área de atividades da companhia, que já possui três distribuidoras no Nordeste - Coelba (BA), Celpe (PE) e Cosern (RN) -, além de empreendimentos de geração e transmissão de energia.

Devem ficar de fora, segundo fontes, CPFL Energia e Enel. A primeira, embora vá avaliar os ativos pelo seu dever com os acionistas, não deve fazer investimentos relevantes enquanto a oferta pública de aquisição de ações (OPA) da CPFL Renováveis não for resolvida.

Já a Enel está com "muita coisa no prato", segundo fontes, depois das





aquisições da Eletropaulo e da Celg, duas concessões que exigem investimentos significativos.

Procurada, a Enel informou que "está atenta a oportunidades no setor elétrico brasileiro como um todo, mas não comenta sobre ativos específicos". Já a Neoenergia informou que aguarda a aprovação pelo Senado e a sanção presidencial do PL 10.332 para avaliar as condições e definir se participará ou não do leilão. Energisa e Vinci Partners não se manifestaram sobre o assunto. O Valor não conseguiu contato com a Equatorial.

No governo, o entendimento interno é de que a aprovação do PL é fundamental para a venda da Amazonas Energia e a Boa Vista Energia. Para essas duas empresas, o leilão pode ser adiado, caso o PL não seja aprovado até 26 de julho.

Sobre Ceal e Cepisa, a avaliação do Planalto é a de que as duas distribuidoras podem ser vendidas facilmente. O problema hoje é a liminar do STF que suspende especificamente a privatização da distribuidora alagoana. "É certo que algumas empresas irão à venda dia 26 de julho", disse uma fonte.

O governo tem adotado extrema cautela para evitar a ocorrência de um leilão vazio. Isso porque um resultado negativo no leilão poderia fortalecer o argumento da oposição de que o negócio é inviável de modo que deveria ser prestado por empresa estatal, com recursos subsidiados pelo consumidor.

A aprovação do PL na Câmara e aumentou as expectativas do mercado em relação ao sucesso das vendas. A ação ordinária (ON) da estatal subiu 2,19% ontem, a R\$ 14,44, depois de ter subido mais de 7% durante o dia. As preferenciais classe B (PNB) subiram 2,17%, a R\$ 16,92. Ao longo pregão, a PNB chegou a subir 4%.

Ao mesmo tempo em que o PL é fundamental para a Eletrobras e foi comemorado pelo mercado, as mudanças previstas devem trazer pressões tarifárias, alerta Evaldo Santana, presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). Segundo ele, as medidas vão trazer uma conta muito grande para os consumidores.

Ativos à venda

Dados das distribuidoras da Eletrobras

Empresa	Estado	Passivo de curto prazo (R\$ mi)*	Passivo de longo prazo (R\$ mi)	Prejuízo acumulado (R\$ mi)**	Número de clientes	Mercado (em MWh)***
Amazonas Energia	AM	6.256,2	14.116,8	10.183,2	976.874	4699671
Ceron	RO	2.031,6	4.738,4	16.23,7	631.783	2920272
Boa Vista Energia	RR	613,2	681	6.87,5	161.712	776834
Eletoacre	AC	459,4	938,6	508,2	263.113	1003287
Cepisa	PI	1.050,9	2.047,9	1.510,6	1.266.470	3410574
Ceal	AL	516,4	1.883	923,6	1.117.108	3307138

Fonte: BNDES e Eletrobras. * Vencimento menor do que 12 meses. ** De 2012 a 2016. *** 2017

Governo mantém data e repetirá pregão se for preciso

Por Daniel Rittner e Fabio Murakawa | De Brasília

O governo está decidido a manter no dia 26 de julho o leilão de venda das distribuidoras operadas pela Eletrobras. Mesmo sem a votação pelo Senado do projeto de lei que daria mais segurança jurídica ao negócio, a decisão é preservar o cronograma.

Fontes no Ministério de Minas e Energia reconhecem que não se trata do cenário ideal e que a atratividade de algumas distribuidoras, principalmente a Amazonas Energia, diminuiu sem a aprovação do PL. Acreditam, porém, que a perspectiva real de votação da proposta em agosto possa acalmar os investidores e fazê-los entrar com mais confiança no leilão.

Se ainda assim não houver interessados, o governo cogita repetir o certame algumas semanas depois, quando aposta que o projeto de lei terá sido finalmente aprovado pelo Senado e sancionado pelo presidente Michel Temer. Na avaliação do ministério, distribuidoras como a Cepisa (PI) não têm sua atratividade afetada e a chance de venda é considerada bastante elevada. "O risco de dar vazão é zero", afirma um funcionário de primeiro escalão.

Após o aval da Câmara dos

Deputados, que concluiu a apreciação do PL na terça-feira à noite, o governo sonhou concluir a tramitação antes do início do recesso parlamentar e tentou já obter um sinal verde do Senado. O projeto entrou na casa ontem e o dia foi de negociações para tentar um requerimento de urgência, que permitira pular a tramitação nas comissões e levar o PL diretamente para o voto em plenário. Porém, diante da resistência de parlamentares do Norte e Nordeste e da falta de consenso entre líderes, isso acabou não acontecendo.

Depois da sessão, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR) e o presidente do Senado, Eunício de Oliveira (PMDB-CE) disseram que a votação deve ficar para agosto. O recesso parlamentar no entanto começa apenas no próximo dia 17 e nos bastidores não se descarta nova manobra.

Jucá deve assumir a relatoria do projeto e encabeçou as tentativas de acelerar a votação. Para isso, teria sido necessária a aprovação de um requerimento de urgência. A ideia ontem era, e continuará sendo em agosto, aprovar o texto sem mudanças em relação à Câmara dos Deputados. Modificações remeteriam o PL de volta à casa de origem, aumentando a demora.

Algumas emendas incluídas foram

duramente criticadas no setor elétrico, como o artigo que transfere para consumidores de todo o país a conta com o furto de energia nas distribuidoras à venda, que têm alto índice de "gatos". Mas, por enquanto, o governo evita falar em vetos ao texto aprovado pelos deputados e avalia que entrar nesse assunto só aumentaria a resistência política.

Em um sinal de que a tramitação no Senado pode não ser tão tranquila como gostaria o governo, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) defendeu que o projeto de lei seja analisado em comissão e não seja votado diretamente em plenário. "Não tem como, só se rasgarem o regimento, se passarem por cima", afirmou.

"Como é que você vai vender um patrimônio da União em regime de urgência? Estão ficando doidos?", alegou Braga, que foi ministro de Minas e Energia da ex-presidente Dilma Rousseff. Para o senador, a matéria não foi debatida o suficiente. "A discussão da Câmara não é a discussão do Senado. Nem sabemos o que eles votaram ontem", acrescentou.

Braga admitiu ser contra a privatização da distribuidora do seu Estado, a Amazonas Energia, se não ficar claro a quem serão endereçadas as dívidas da companhia. "Na perspectiva do meu Estado, somos contra a privatização. Como é que





vai privatizar uma empresa que tem R\$ 20 bilhões em dívidas com a Petrobras? Quem vai pagar essa conta? O consumidor? Quem for comprar isso vai querer passar para o consumidor local, para nós do Amazonas, que já temos a terceira tarifa mais alta do país."

A aprovação do PL, que viabiliza a atratividade econômico-financeira das companhias, faz diferença para o novo controlador da Amazonas Energia e da Boa Vista (distribuidora de Roraima), avalia fonte ligada à equipe econômica. No caso de Eletroacre e Ceron (Rondônia), o PL não seria fundamental para a atratividade da companhia para os novos controladores e o futuro da concessão, mas faz diferença para a qualidade dos créditos que a Eletrobras assumiu para vender as companhias.

As distribuidoras podem ser vendidas antes da aprovação do projeto de lei, mas é "desejável" que a legislação seja alterada para que a Eletrobras tenha menos problemas financeiros com passivos assumidos pela holding. Das seis, Ceal (Alagoas) e Cepisa (Piauí) são as duas que não dependem do PL. O problema, no caso da Ceal, é a liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que barra a venda da concessionária. (Colaboraram Rafael Bitencourt, de Brasília, e Camila Maia, de São Paulo)

Negociações avançam, e acordo entre Mercosul e UE pode estar próximo

Por Assis Moreira | De Genebra

O anúncio político de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE) pode estar perto, acreditam importantes fontes, com base no avanço das negociações esta semana, em Bruxelas.

Apesar de uma ponta de ceticismo, após debates que já duram 20 anos, fontes confirmam que as equipes negociadoras poderão fazer progressos até esta sexta-feira. Deixariam em aberto alguns pontos para decisão dos ministros do Mercosul e dos comissários de Comércio e de Agricultura da União Europeia, que têm reunião marcada para o dia 18, em Bruxelas.

Os ministros e os comissários dos dois blocos deverão decidir basicamente sobre o equilíbrio da ambição do acordo. Caso as concessões na agricultura pelo lado europeu continuem modestas, não se pode esperar contrapartida maior do Mercosul na liberalização do setor automotivo, por exemplo.

Também precisarão de decisão política os temas de regra de origem e de indicações geográficas. "Tudo é questão de equilíbrio", como diz um negociador. Anúncio político do acordo para a UE significa que praticamente tudo estará acertado, ficando para depois apenas alguns detalhes técnicos.

Em todo caso, apesar do otimismo entre certos negociadores, o comissário de Agricultura, Phil Hogan, declarou esta semana, no interior da Bélgica, que "não penso que haverá um acordo a curto prazo" com o Mercosul, procurando tranquilizar agricultores europeus na plateia.

Na verdade, a UE dá persistentes sinais contraditórios sobre o estado da negociação com Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Recentemente, a reação do governo alemão, no Encontro Econômico Brasil-Alemanha, em Colonia, foi decepcionante, ainda mais para um país favorável ao acordo. Os alemães falaram de falta de tempo e de outros temas que se tornam prioridade no momento.

Para um negociador do Mercosul, se os europeus não aceitarem fechar a negociação, será incompreensível pelo que ganharão, por exemplo, em relação a exportadores americanos e chineses, ainda mais no contexto internacional atual.

Como o Valor revelou, o Mercosul ofereceu à UE uma cota para entrada de carros europeus com tarifa 50% menor do que a atual, pelo período de sete anos.

A alíquota de importação cairia de 35% para 17,5% sobre um determinado volume. Após o prazo de sete anos, começaria a redução da tarifa sobre automóveis europeus até a eliminação completa, oito anos depois.

Um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a UE seria oito vezes mais importante do que o acordo UE-Canadá e quatro vezes maior que o acordo UE-Japão, segundo os europeus.

'Penduricalhos' farão com que tarifa siga em alta por cinco anos, prevê associação

Por Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo

A privatização das distribuidoras da Eletrobras deixará uma conta elevada para o consumidor, na avaliação da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). Segundo o presidente da entidade, Edvaldo Santana, com tantos penduricalhos incluídos no setor, não há chances de a tarifa de energia ser reduzida, pelos menos nos próximos cinco anos.

"É possível privatizar as distribuidoras da Eletrobras e resolver o problema do GSF [sigla em inglês para Fator de Ajuste de Garantia Física, relativo ao risco hidrológico], mas estamos deixando uma conta muito grande para o consumidor", disse ele ao Valor. "A tarifa não tem a menor chance de redução nos próximos cinco anos", completou, lembrando de outras contas do setor, como o empréstimo feito pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para socorrer as distribuidoras e as indenizações às

transmissoras. Ambos foram repassadas ao consumidor.

Segundo Santana, considerando todos os itens incluídos no Projeto de Lei nº 10.332, encaminhado ontem ao Senado, haverá um impacto para o consumidor de 5% a 6% no valor da conta de energia.

Uma das emendas aprovadas repassa para todos os consumidores do país o custo do furto de energia no Acre e em Rondônia pelos próximos seis anos. Segundo a Abrace, apenas isso significaria um impacto de R\$ 800 milhões ao ano, ou de 0,4% na tarifa. Para um analista do setor, porém, o efeito seria de R\$ 300 milhões.

Segundo Santana, a ideia da entidade agora é trabalhar junto ao Senado para tentar derrubar essa e outras emendas que encarecem a tarifa de energia. O problema é que, se o Senado derrubar essas emendas, o texto terá que voltar para a Câmara.

Há também a possibilidade de veto do presidente, após a votação no Senado. "Mas não sabemos se o governo tem condições de bancar o

veto", disse Santana.

O Valor apurou que, no entendimento do governo, não privatizar as distribuidora gera um custo ao consumidor ainda maior.

Com relação ao GSF, foi aprovada no PL 10.332 uma emenda que permite um acordo com empresas para abrirem mão de liminares que geram inadimplência de R\$ 6,4 bilhões e travam o mercado de curto prazo de energia. A medida foi considerada positiva pelo Instituto Acende Brasil.

"O PL abre caminho para solução de liminares que estão defendendo geradores e consumidores, mas que estão paralisando o mercado", disse o presidente da instituição, Cláudio Sales. Segundo ele, "se nada for feito", a inadimplência pode chegar a "dois dígitos", ou seja, acima de R\$ 10 bilhões.

Ontem, a CCEE finalizou a liquidação do mercado referente a maio, que só movimentou R\$ 1,6 bilhão dos R\$ 9,2 bilhões contabilizados. Do valor não pago, R\$ 6,4 bilhões são de estão relacionados a liminares de GSF.

Despesa da União com juros vai subir

Por Ribamar Oliveira

A despesa orçamentária da União com o pagamento de juros da dívida pública federal vai aumentar muito nos próximos anos, até atingir a astronômica quantia de R\$ 391 bilhões em 2020 - R\$ 110 bilhões a mais do que a previsão para este ano, de acordo com dados do Tesouro Nacional.

O aumento do gasto é explicado pelo forte crescimento da dívida pública, decorrente dos elevados déficits primários registrados desde 2014, e das características dos títulos colocados no mercado e que vencerão nos próximos anos. Há uma concentração maior de LTN e LFT, que pagam a totalidade de seus juros apenas no vencimento dos papéis. Ou seja, os investidores nesses títulos não recebem juros periódicos.

A métrica orçamentária para a despesa com juros é diferente daquela usada pelo Banco Central. Na metodologia do BC, que é usada nas estatísticas fiscais oficiais, o valor do título é atualizado diariamente pela incorporação de seus juros ao estoque da dívida. A isso se denomina "apropriação de juros". A despesa efetiva da União com os juros, do ponto de vista orçamentário, se dá apenas no momento do pagamento.

O "buraco" a cobrir da 'regra de ouro' também aumentará

Um exemplo permite a compreensão mais fácil da diferença metodológica. Vamos supor que o Tesouro emita uma LFT no valor de R\$ 1 mil, com prazo de cinco anos. Para simplificar, consideremos que a inflação seja zero e a taxa Selic (a taxa básica de juros da economia) seja de 6,5% ao ano, em todo o período.

Os juros apropriados no primeiro ano, pela metodologia do BC, será de R\$ 65 (6,5% de R\$ 1 mil), será de R\$ 69,22 no segundo ano, de R\$ 73,72 no terceiro, e de R\$ 78,52 no quarto. Mas, em todos esses anos, não haverá pagamento efetivo, ou seja, o Tesouro não desembolsará um centavo.

No quinto ano, os juros apropriados serão de R\$ 83,62 e os juros efetivamente pagos (no final da vida do título) será de R\$ 370,07 (que nada mais é do que a soma dos juros apropriados em cada um dos anos do prazo do papel). O impacto no caixa do Tesouro e no Orçamento ocorre, no entanto, no último ano para este tipo de título.

O Tesouro Nacional explicou ao Valor que a perspectiva de recorrentes déficits primários "tornou necessária uma taxa de refinanciamento superior a 100% (captações em montantes superiores aos vencimentos da dívida) e as LFTs com prazo de seis anos passaram a ser emitidas em volumes expressivos

dentro da estratégia da dívida".

O Tesouro argumentou que o incremento da quantidade desses títulos (com prazo de seis anos) no estoque da dívida permitiu o governo se financiar por meio de papéis de prazo superior ao prazo médio da Dívida Pública Federal (DPF), que era de 4,4 anos em dezembro de 2014 e de 4,2 anos em maio de 2018. "Tal estratégia permitiu ao Tesouro evitar pressão na estrutura de vencimentos no curto prazo", explicou o Tesouro.

Outro resultado da estratégia é o aumento nos fluxos de pagamentos da DPF nos próximos anos, não apenas dos juros, mas também do principal de títulos como a LFT. Os dados do Tesouro para o fluxo de pagamento de juros, que estão aqui informados, levam em conta a expectativa para os indexadores da dívida, o atual estoque de títulos públicos, bem como hipóteses quanto ao seu refinanciamento nos próximos anos, mantendo-se as linhas gerais do Plano Anual de Financiamento - PAF 2018.

A trajetória do fluxo de pagamento de juros é importante para efeito de cálculo da chamada "regra de ouro". A Constituição determina que as operações de crédito da União não podem superar o montante das despesas de capital - que compreendem os investimentos, as inversões





financeiras e as amortizações da dívida pública. Este princípio constitucional ficou conhecido como "regra de ouro" das finanças públicas.

Assim, a dívida não pode aumentar para pagar despesas correntes, inclusive os gastos com juros reais da dívida pública federal. Se a despesa com juros reais cresce, o "buraco" a cobrir para cumprir a "regra de ouro" também aumenta, tornando ainda mais difícil a tarefa do governo de obedecer a determinação constitucional.

Para 2018, o Tesouro projetava, no início do ano, uma insuficiência de recursos para cumprir a regra de R\$ 203,4 bilhões, que será coberta, principalmente, com o "lucro" contábil do Banco Central com as reservas internacionais, registrado no primeiro semestre. Para 2020, a insuficiência de recursos projetada pelo Tesouro é de R\$ 307,3 bilhões. O aumento decorre, principalmente, da elevação das despesas com juros da dívida pública federal.

O "buraco" maior em 2020 implica a adoção, pelo governo a ser eleito em outubro, de um ajuste fiscal ainda mais rigoroso para cumprir a "regra de ouro", em seu segundo ano de mandato. Aprovar a reforma da Previdência Social não será suficiente.

O novo governo teria que promover cortes tão grandes nas despesas que paralisariam a própria administração pública, dado que a despesa discricionária (aquela que o governo pode reduzir, sem impedimentos legais) está, atualmente, em R\$ 129 bilhões.

O cenário mais provável, portanto, dado o aumento inevitável e já contratado do "buraco" é que o futuro presidente da República encaminhe ao Congresso Nacional uma proposta de mudança do artigo constitucional que trata da "regra de ouro". O que se discute na área técnica, do governo e do próprio Congresso, é como será feita a mudança.

Começa a se desenhar um entendimento entre os técnicos de que, como está redigida, a "regra de ouro" tem apenas um aspecto punitivo, pois ela não prevê medidas para o ajuste fiscal necessário para manter as operações de créditos da União abaixo do montante das despesas de capital.

A regra atual não prevê também limites prudenciais, a partir dos quais o governo seria obrigado a adotar medidas de ajuste. Tudo isso está sendo discutido. A pior solução para o problema seria o próximo governo propor apenas a suspensão da "regra de ouro", mesmo que em caráter "temporário".

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :
ribamar.oliveira@valor.com.br

Congresso encaminha aprovação da LDO 2019

Por Vandson Lima | De Brasília

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou o projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019. Com isso, a matéria foi encaminhada para votação em sessão do Congresso Nacional marcada para a noite de ontem. Até o fechamento desta edição, os parlamentares ainda não haviam iniciado a análise da proposta, mas havia a perspectiva de aprovação. A votação da LDO é premissa para que o Congresso encerre as atividades legislativas no semestre e ingresse no recesso a partir do dia 17.

Apesar a pressão de servidores públicos que compareceram à sessão, a CMO manteve a previsão para que seja proibida a aprovação de projeto de lei ou a edição de medida provisória que aumente salários, crie cargos ou funções públicas ou altere estruturas de carreiras da administração pública federal, ainda que com efeitos financeiros posteriores ao próximo ano.

"Nosso espírito era não criar mais dificuldades a quem assumir o próximo governo, independente de quem será. Se o próximo governo quiser revisar essa possibilidade em

2019, terá toda legitimidade", disse o relator da LDO, senador Dalírio Beber (PSDB-SC). "Estamos pedindo um ano de sacrifício, até que o novo governo possa trazer uma solução".

Pelo menos 19 parlamentares haviam apresentado emendas para suprimir o artigo 92-A, que trata da questão - incluindo o líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR). Mas as mudanças foram votadas em conjunto, sendo todas rejeitadas. Na sessão conjunta iniciada à noite, deputados e senadores falavam na possibilidade de apresentar novas emendas em plenário, visando derrubar a proibição.

Na tentativa de um acordo, o relator agregou um dispositivo que prevê que, caso o próximo governo altere a LDO e revogue a proibição a reajustes, duas carreiras deverão ser priorizadas na reestruturação de cargos: a dos servidores do Incra e dos peritos federais agrários.

Ficam também autorizadas as reposições, nos mesmos cargos, decorrentes das vacâncias nas áreas de educação, saúde, segurança pública e defesa, ocorridas entre a publicação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, e o dia 31 de

dezembro de 2018. Assim como admissões necessárias ao funcionamento das instituições federais de ensino criadas nos últimos 5 anos e aquelas decorrentes de concurso público com prazo improrrogável a vencer em 2019, cujo edital tenha sido publicado até 30 de junho de 2018.

Além da proibição aos reajustes, a LDO proíbe aumentos em benefícios como auxílio-alimentação e auxílio-moradia.

Como adiantou o Valor, o relator alterou ainda o artigo que manda o governo federal reduzir em 10% as despesas de custeio administrativo. Por acordo, ele diminuiu o percentual para 5%.

A LDO também trouxe inovações em relação aos incentivos fiscais concedidos pelo governo, prevendo um plano para conduzir, em 10 anos, redução pela metade das atuais renúncias fiscais. "Essa nossa diretriz é motivada pelos extraordinários valores que as renúncias fiscais alcançaram nos últimos anos. O montante atual, somente na União, gira em torno de R\$ 300 bilhões anuais, algo como 20% da arrecadação federal, ou 4% do nosso PIB - o dobro da média mundial", apontou o relator.

Reajuste de servidor mobiliza votação da LDO

Laís Alegretti e
Bernardo Caram

BRASÍLIA Após pressão de servidores, o Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira (11) o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019 e retomou a permissão para reajustes salariais de funcionários públicos.

O texto final aprovado pelos parlamentares também permite a criação de novos cargos na administração pública.

O texto-base da LDO, que serve de parâmetro para a elaboração do Orçamento do ano que vem e traz metas e prioridades do governo, foi aprovado em votação simbólica. Depois, os deputados e senado-

res votaram os destaques — dispositivos que podem retirar trechos do texto — e alteraram três deles.

A aprovação da LDO permite que o Congresso entre oficialmente em recesso parlamentar, que vai de 18 a 31 de julho. O texto vai para sanção presidencial.

O parecer aprovado pela comissão acabava com a previsão de reajustes salariais a servidores públicos e limitava contratações para novas vagas. Esse trecho, contudo, foi retirado pelos parlamentares durante a votação dos destaques.

O próprio líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), afirmou que os Poderes devem ter autono-

mia para conceder reajustes salariais dentro do teto de gastos. A equipe econômica do governo Temer, contudo, defendia o adiamento dos reajustes que estavam programados para 2019.

“A essência da LDO aprovada na comissão é exatamente postergarmos alguns reajustes para permitir que o governo que vai emergir das urnas possa iniciar a gestão sem levar mais compromissos criados pelo Congresso Nacional”, argumentou o relator, senador Dalírio Beber (PSDB-SC), ao defender o congelamento dos salários.

O governo Michel Temer caminha para encerrar a gestão com dificuldades para cum-





prir a meta de déficit. Projeta-se um rombo de R\$ 161,3 bilhões. Será o quinto ano em que o país não consegue economizar para pagar juros da dívida.

Na votação dos destaques, os parlamentares também retiraram a previsão de redução em 5% das despesas com custeio administrativo.

O relator chegou a prever 10%, mas reduziu o patamar depois de o governo argumentar que esse tipo de despesa, que foi de R\$ 40 bi em 2014, já caiu para R\$ 35 bilhões em 2017. A equipe econômica defendeu que a redução de 10% seria impraticável.

O texto aprovado pelo Congresso retira a previsão de gas-

tos com compra de automóveis e construção ou compra de residências oficiais.

Há ainda recomendação de que seja criado um plano de revisão de receitas e despesas para permitir uma reavaliação da concessão de benefícios tributários.

Na votação dos destaques, os parlamentares derrubaram do texto a previsão de que bancos privados poderiam fazer transferências a órgãos públicos de pagamento para programas previstos no Orçamento.

Isso significa que essas transferências serão feitas preferencialmente por meio de bancos oficiais, como previa o texto original.



O que já está definido na LDO de 2019

- Haverá reajuste salarial para os servidores
- Estão liberadas novas contratações
- Cortes na verba para compra de veículos, construção e compra de imóveis para residências oficiais
- Recomenda-se revisão de benefícios tributários
- Transferências para órgãos públicos de valores referentes ao pagamento de programas previstos no Orçamento permanecem com bancos oficiais

Governo se prepara para vetar criação da nova agência de proteção de dados

No momento em que precisa cortar 20% dos gastos, não há recursos para bancar nova entidade

Julio Wiziack e Talita Fernandes

A nova lei de proteção de dados gerou um impasse no governo. Técnicos da Casa Civil afirmam que o presidente Michel Temer terá de vetar integralmente a criação da ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), pilar para a implementação da nova política.

De acordo com eles, só é possível criar um órgão dessa natureza por meio de lei específica. AANPD foi instituída por uma lei aprovada pelo Senado nesta terça-feira (10) e que dispõe sobre a proteção de dados pessoais.

Embora o texto ainda não tenha sido enviado à Casa Civil, o Planalto avalia editar uma MP (medida provisória) para contornar o problema.

Em outra frente, os Ministérios da Fazenda e o do Planejamento questionam a criação de mais uma agência diante da necessidade de corte de 20% no Orçamento deste ano.

A equipe econômica já teve de buscar recursos para a ANM (Agência Nacional de Mineração),

também criada por MP no final do ano passado.

De acordo com a lei, caberá à ANPD definir a implementação do chamado sistema nacional de proteção de dados. A agência terá três diretores com mandatos de 3,4 e 5 anos, respectivamente, estará vinculada ao Ministério da Justiça, e contará com Orçamento próprio. Haverá ainda um conselho consultivo com representantes do governo e da sociedade civil com mandatos de dois anos e direito à recondução pelo mesmo período.

Parlamentares consultados afirmam que decidiram incluir a agência no projeto como forma de pressionar Temer a instituí-la. Para eles, criar órgãos reguladores deve ser papel do Executivo e não do Legislativo. Por isso, acreditam que o presidente editará a MP, que depois será aprovada rapidamente pelo Congresso.

Temer também pode optar pela criação da agência, mas deixar sua abertura para o próximo governo. Isso porque a nova lei só passará a valer 18 meses após a sanção.

Esse é o prazo concedido para que empresas públicas e privadas se adequem às novas regras. Dentre as mudanças está a exigência de um executivo encarregado do controle de segurança dos dados.

Da mesma forma como a Lava Jato obrigou as companhias a contratar um profissional responsável pelo compliance (mecanismos de prevenção de riscos), agora terão um encarregado pelas boas práticas na gestão de dados de clientes.

“É mais uma camada nas exigências de governança das empresas”, diz a professora de direito da Fundação Getúlio Vargas, Evy Marques. “Isso já tem impacto até no mercado financeiro. Existem notícias de empresas que estão emitindo debêntures [mais atrativas] dando como garantia além do compliance, mecanismos de proteção de dados.”

A lei prevê sanções para quem infringir as normas. A exemplo das demais agências reguladoras, a ANPD abrirá um processo administrativo com direito à ampla defesa. A pena máxima será de R\$ 50 milhões.

“Esse é o principal avanço da legislação. Hoje só é possível obter reparação no âmbito cível. Agora será na esfera administrativa”, disse o advogado Pedro Vilhena, especialista em direito digital.

Com as novas regras, até portaria de prédio terá de se adequar. Os titulares dos dados terão de autorizar o armazenamento, uso e manipulação de suas informações.





Regras passarão a valer daqui a 1 ano e meio

1. A lei já está valendo?

Não. Assim que for sancionada pelo presidente Michel Temer e publicada no Diário Oficial da União, haverá um prazo de 18 meses para que empresas e cidadãos se adequem às novas regras

2. A proteção de dados só vale para empresas?

Não. A legislação cobre qualquer pessoa, empresa privada ou pública e local que colete algum tipo de informação. A portaria de um prédio, por exemplo, teria de atender às regras

3. Em que situações dados pessoais podem ser armazenados e tratados?

Para o oferecimento de serviços variados, quando eles forem necessários, e desde que haja consentimento de quem cede as informações

4. Há exceções?

Sim. É possível que a empresa aponte que, mesmo sem consentimento, o fim da coleta de dados é legítimo, protege a saúde ou serve a uma política pública

5. Facebook e Google vão parar de coletar dados dos perfis?

Não. A lei só exige que as empresas solicitem autorização, especificando quais dados pretendem coletar e para quê

6. Os termos em que empresas pedem que o usuário leia e concorde são suficientes?

Não. É preciso que

informações sobre quais dados serão coletados e para quê estejam disponíveis de modo mais claro, afirma José Eduardo Pieri, sócio do BMA Advogados

7. Há alguma diferença em relação a dados de menores de 18 anos?

O uso de dados de crianças e adolescentes deverá ser feito com consentimento dado por ao menos um dos pais ou responsável legal

8. Assinei uma autorização em que o uso dos dados não estava bem claro e a empresa os liberou para terceiros. Isso é permitido?

Não. É vedado o tratamento de dados com vício de consentimento. Autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas. Isso também ocorrerá caso as informações sejam enganosas ou abusivas

9. Informações sensíveis poderão ser usadas?

Sim, desde que autorizadas pelo titular. Há exceções da obrigação de consentimento em casos de investigação policial autorizadas pela Justiça

10. Posso saber quais dados meus as empresas possuem?

Sim. O projeto prevê que se tenha acesso às informações armazenadas e se possa fazer correções ou pedir a exclusão dos dados

11. Jornais, revistas, televisão e pesquisadores terão de pedir autorização

para publicar conteúdos?

Não. Se isso fosse feito, estaria ferindo um princípio constitucional

12. O que acontece em caso de vazamento de dados?

Ele deve ser comunicado a órgão competente, que definirá providências, que podem incluir a divulgação ampla do fato

13. Devo receber menos spams e ligações de telemarketing?

Provavelmente, pois a nova lei dá mais ferramentas para reclamar na Justiça de quem usa dados pessoais indevidamente

14. Quais os desafios para as empresas?

Elas precisarão de um encarregado para lidar com questões de dados e terão de rever suas práticas, processos e tecnologias, diz Fábio Pereira, sócio do Veirano Advogados

15. As regras afetam apenas empresas de tecnologia?

Não. Todas as companhias que lidam com dados pessoais passam a ter de levar em conta a legislação aprovada pelo Senado. Além disso, questões como troca de dados pessoais entre empregado e empregador são alcançadas pela lei

16. Quem pode ser afetado?

Bancos, seguradoras, hospitais e varejistas que coletam dados de clientes, por exemplo





17. Dados pessoais de brasileiros podem ser armazenados em outros países?

Sim, desde que o outro país tenha níveis de proteção semelhante ao brasileiro ou que a companhia que manterá os dados tenha selo que garanta tratamento adequado deles, explica Andriei Gutierrez, coordenador do Comitê Regulatório da Abes (associação de empresas de software)

18. É possível usar informações de pessoas sem identificá-las?

É possível usar dados anonimizados, desde que a empresa use todos os meios razoáveis para garantir que o processo de codificação das identidades não seja reversível. Isso pode servir para gerar estatísticas úteis aos negócios, por exemplo

19. Quais as sanções previstas para o descumprimento da lei?

Empresas que desrespeitarem o regulamento podem receber sanções que vão de advertência a multas que chegam a 2% do faturamento, limitadas a R\$ 50 milhões

20. Quem cuidará da aplicação da lei?

Caso ela seja sancionada como está, será criado um órgão responsável pelo tratamento de dados vinculado ao Ministério da Justiça responsável pela regulamentação e aplicação de partes da lei

ANÁLISE

Começa uma nova era para o tratamento de dados no Brasil

Ronaldo Lemos

A lei brasileira de proteção de dados é novíssima, mas chega com atraso de pelo menos duas décadas. O Brasil vivia uma insólita situação de pertencer ao clube minoritário de países que não possuíam lei específica para tratar do tema. Até países vizinhos, como a Argentina ou Uruguai, já tinham leis nesse sentido.

Com a nova lei, a forma como o poder público e o setor privado tratam os dados pessoais vai mudar profundamente. Se os dados são o novo petróleo — como repetidamente vem sendo dito — eles também podem vazar, ser mal utilizados e produzir prejuízos “ambientais” de difícil reparação.

É nesse sentido que a nova lei possui dimensão estruturante, com a mesma importância e impacto de outras leis como o Código de Defesa do Consumidor, a Lei de Crimes Ambientais ou o Marco Civil da Internet. Tal como elas, provocará uma mudança de comportamento, fortalecendo direitos e coibindo práticas abusivas.

Um ponto relevante é que a nova lei confirma que o consentimento é

o pilar da proteção à privacidade no Brasil. Em outras palavras, para coletar, processar ou transferir dados de alguém, é preciso primeiro pedir a permissão do titular dos dados. Quem desrespeitar essa regra (ou qualquer outra da nova lei) está sujeito a multa de até 50 milhões de reais por infração.

Com isso, toda empresa situada no Brasil (ou que processe dados de brasileiros) precisará se adaptar. Mais do que isso, o poder público também precisará rever suas práticas de coleta e tratamento de dados. Há pouco tempo circulou a notícia de que o governo federal, através do Serpro, foi objeto de inquérito do Ministério Público por vender dados dos cidadãos sem seu consentimento ou aviso prévio. Com a nova lei essa prática terá de mudar.

O texto legal cria também exceções importantes. Por exemplo, adota o princípio do “legítimo interesse”, que dispensa a necessidade de obtenção do consentimento prévio. A questão será como essa exceção será interpretada.

Outra inovação é a criação de um Conselho Nacional de Proteção aos

Dados Pessoais. O novo órgão será composto por representantes do governo e de setores da sociedade. Seus integrantes não serão remunerados. Essa medida consolida o modelo do multissetorialismo, que é bem-sucedido no Brasil, tendo sido aplicado na formulação do Marco Civil e na criação do Comitê Gestor da Internet.

A lei de dados cria ainda uma Autoridade Nacional de Proteção de Dados, com integrantes remunerados, novos cargos públicos e dotação orçamentária. Resta saber se em momento de contenção de gastos, o novo órgão sobreviverá ao veto presidencial. Há quem aposte que essa parte da nova lei será vetada.

Temos agora um verdadeiro “Código de Defesa da Privacidade”, que concede 18 meses de carência para que setor público e privado se adapte às novas disposições. Em suma, começou uma nova era para o tratamento de dados no país, que deixa pouco a dever à atual legislação europeia.

O lado mais fraco

LAURA CARVALHO

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em meio à recuperação lenta da economia, a inflação em junho foi a maior para o mês desde 1995.

A variação de 1,26% no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) é em parte o reflexo da paralisação dos caminhoneiros iniciada em 21 de maio, que acabou afetando preços de alimentos e combustíveis no início do mês seguinte. Somados à alta do dólar, tais choques reforçaram as expectativas de aumento da taxa de juros básica pelo Banco Central.

O Indicador de Inflação por Faixa de Renda divulgado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) revela que a alta da inflação se abateu mais sobre os mais pobres do que sobre os mais ricos. Enquanto o índice que se baseia na cesta de consumo das famílias de renda alta passou de 0,38% em maio para 1,03% em junho, a inflação sentida pela faixa de renda muito baixa subiu de 0,41% para 1,5%.

No caso das famílias de renda alta, o peso maior foi dos transportes, que contribuíram com aumento de 0,4 ponto percentual no índice. Em particular, os combustíveis respondem por 8% do

orçamento das famílias mais ricas, ante 2% do orçamento das famílias mais pobres.

A gasolina subiu 5% em junho -- ao contrário do diesel, que sofreu redução de 5,66% em seu preço como consequência das negociações do governo em meio à paralisação.

Da inflação total que atingiu as famílias de renda muito baixa, 0,76 ponto percentual referiu-se à alta no preço dos alimentos, que foi de 2,03% no mês, em parte pelos efeitos da crise de abastecimento.

Além disso, o reajuste de 7,93% nas tarifas de energia elétrica e de 4,08% no preço do gás de botijão também afetou relativamente mais as famílias mais pobres.

"Em um curto espaço de tempo colocamos a economia em ordem, saímos da recessão e temos as taxas de juros mais baixas dos últimos anos", afirmou o presidente Michel Temer no dia 24 de dezembro de 2017, em pronunciamento de fim de ano veiculado em rede nacional de TV e rádio.

"Já conseguimos baixar os preços dos alimentos e aumentar o poder de compra dos brasileiros. Está mais barato para comer, para vestir, para morar. Está mais barato para viver",

acrescentou. Quem dera.

A apenas alguns meses do processo eleitoral de 2018, os choques inflacionários se abateram mais justamente sobre aqueles que já vinham sendo mais afetados pelo desemprego, o crescimento lento dos salários e os cortes no Orçamento, ou seja, a população mais vulnerável.

Será impossível convencer essas famílias de que a culpa toda é da mobilização dos caminhoneiros, que, aliás, só durou tanto tempo porque contou com o apoio dos que já rejeitavam o atual governo e sua política econômica.

Não à toa, até a plataforma do pré-candidato do PSDB Geraldo Ackmin passou a tentar desassociar-se da agenda econômica de Temer por meio de críticas à PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do teto de gastos e de defesas de uma reforma tributária progressiva.

Em meio à desilusão crescente da população com a política, não é só a centro-esquerda que enfrenta dificuldades. Para quem apoiou a derrubada da ex-presidente Dilma Rousseff em nome de uma melhora na economia, 2018 também não está nada fácil.

Abusos no Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro vive uma situação delicada, com dois problemas especialmente graves. Há a crise na segurança pública, que levou o Palácio do Planalto a decretar, em fevereiro deste ano, uma inédita intervenção federal na área de segurança pública do Estado. O outro gravíssimo problema do Rio de Janeiro é o seu déficit fiscal, que, sem exagero, beira o caos.

Nos últimos dois anos, foram recorrentes os calotes da administração estadual, incluindo atrasos no pagamento dos salários. Essa situação não é fruto do acaso. Ela foi gerada por meio de uma incrível reincidência de malfeitos na administração pública ao longo das últimas décadas e que contaram com a tolerância e a aprovação da população, que insiste em eleger desde 1979 representantes descuidados e irresponsáveis com a ordem e as finanças públicas.

O caso mais recente ocorreu no final do mês de junho. No último dia antes do recesso, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou reajuste de 5% para os salários dos mais de 17 mil servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Ainda que o governador Luiz Fernando Pezão tenha criticado o aumento, não houve por parte de sua base aliada nenhuma tentativa para impedir o reajuste.

Como confirmação da irresponsabilidade da Alerj, os deputados aprovaram o reajuste, que valerá a partir do mês de setembro, sem conhecerem o impacto da medida nas contas públicas do Estado. Não se sabe o montante envolvido. O governador Pezão tem 15 dias úteis para decidir pela sanção ou pelo veto dos 5%. Um diretor do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio, José Carlos Arruda, comemorou a decisão da Assembleia.

"Lamentamos a situação financeira do Estado, mas o servidor não pode ser prejudicado pela má gestão pública", disse Arruda. Má gestão pública é dar reajuste salarial quando não há recursos para fazê-lo, como ocorreu na quinta-feira passada. E isso foi feito de forma recorrente durante muito tempo no Estado do Rio de

Janeiro. Estudo do Ipea mostrou que, entre 2005 e 2016, a renda média dos brasileiros cresceu 21%. Já os servidores do Estado do Rio de Janeiro desfrutaram, no mesmo período, de um aumento de 40,9% em sua renda.

Em maio, a Assembleia do Rio autorizou o governo estadual a tomar um empréstimo de até R\$ 3,05 bilhões para pagar valores atrasados a fornecedores. A dívida total do Estado com fornecedores é de R\$ 10 bilhões. Ou seja, os deputados da Alerj estão suficientemente informados de que a situação fiscal do Estado não tem folga para conceder aumento salarial ao funcionalismo.

Recentemente aprovada, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 estima déficit estadual de R\$ 5 bilhões. A Alerj também aprovou as contas do governo estadual de 2017, contrariando o Tribunal de Contas do Estado, cujo parecer aconselhava a rejeição. Segundo o líder do governo na Casa e presidente da Comissão de Orçamento, deputado Gustavo Tutuca (MDB), "o Estado do Rio continuou vivendo no ano passado uma situação de calamidade financeira. Inclusive, houve um decréscimo no Produto Interno Bruto estadual de 2,2%".

Diante disso, "é justa a aprovação das contas", disse Tutuca. Para aprovar as contas que deviam ser rejeitadas, o deputado Tutuca recorre à crise fiscal como justificativa. A mesma crise, no entanto, é oportunamente esquecida ao conceder aumento ao funcionalismo. Assim, não é de estranhar a situação de calamidade financeira do Estado do Rio de Janeiro. O estranho nisso tudo é a anuência da população a tal irresponsabilidade.

Em vez de ponderar sobre as consequências de suas escolhas políticas nas últimas décadas, parece esperar sempre uma ajuda externa para resolver seus problemas locais. A intervenção federal na área de segurança pública, por exemplo, custará à União cerca de R\$ 1 bilhão. É dinheiro federal, que devia ser destinado para questões nacionais, sendo usado para assuntos locais por força da incúria das autoridades eleitas no Rio de Janeiro.

Pauta-bomba do Congresso já supera os R\$ 100 bi

Gastos públicos. Deputados e senadores correm para aprovar uma série de projetos dedicados a conceder benefícios a setores específicos da economia; ao mesmo tempo, equipe econômica tenta uma compensação com medidas que aumentam receitas

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Deputados e senadores estão aprovando uma série de projetos que aumentam gastos ou abrem mão de receitas para beneficiar setores específicos, cujo impacto pode ultrapassar os R\$ 100 bilhões nas contas públicas nos próximos anos. Anteontem, por exemplo, o Senado manteve benefícios tributários à indústria de refrigerantes da Zona Franca de Manaus, revogando um decreto presidencial. A medida, que provoca um impacto de R\$ 1,78 bilhão por ano no Orçamento, precisa passar pela Câmara.

Outros projetos já foram aprovados pelas duas Casas, como o perdão de dívidas tributárias de produtores rurais, que custará R\$ 13 bilhões só este ano (veja mais ao lado). Enquanto as votações avançam no Congresso, o governo tenta uma compensação, com medidas que aumentam receita e reduzem gastos na tentativa de, pelo menos, fechar as contas de

2019. O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, já fez apelos aos presidentes da Câmara e do Senado para segurar as votações da chamada "farra fiscal", como integrantes da área econômica apelidaram essas medidas.

O esforço é para que elas não sejam votadas antes do recesso parlamentar, que começa na semana que vem, e fiquem para agosto, para dar mais tempo de negociar um impacto menor, mesmo em meio à campanha eleitoral. A situação é delicada para a equipe econômica. Diante de um governo fragilizado e às vésperas das eleições, o trabalho é praticamente de enxugar gelo: a cada medida que manda para o Congresso, o resultado, depois das modificações dos parlamentares, é mais gastos e renúncias.

A área econômica tem até o final de agosto para fechar o Orçamento do ano que vem e já avisou que vai propor novamente o adiamento do reajuste dos servidores em 2019 e a tributação dos fundos exclusivos para clientes de alta renda. A primeira medida poderia economizar de R\$ 6 bilhões (servidores civis) a R\$ 11 bilhões (se incluir os militares). Já a tributação dos fundos renderia outros R\$ 6 bilhões só para a União.





FARRA FISCAL

● Parlamentares pressionam por projetos com renúncias e benefícios, que somam R\$ 102,28 bilhões

PROPOSTAS	ESTÁGIO DA VOTAÇÃO		SITUAÇÃO	IMPACTO (EM BILHÕES DE REAIS)	
▼	CÂMARA	SENADO	▼	▼	
Refis para empresas integrantes do Simples			TCU cobra compensação		7,8 EM 10 ANOS
Refis para dívidas com Funrural			TCU cobra compensação		13,0 EM 2018
Resgate de empresas excluídas do Simples			Senado aprovou por unanimidade		Não estimado
Compensação aos Estados pela União da desoneração do ICMS sobre exportações			Aprovada em comissão, segue para a Câmara		39,0 AO ANO
Benefícios para transportadoras			Segue para o Senado		27,0 ATÉ 2020
Transferência de servidores de Roraima, Amapá e Rondônia para a União			MP partiu do governo		2,0 AO ANO
Permissão para venda direta de etanol pelos produtores aos postos			Segue para a Câmara		2,4 AO ANO
Renovação de benefício para Sudene e Sudam e extensão do incentivo para Sudeco			Aprovada em comissão, segue para a Câmara		9,3 ATÉ 2020
Revogação do corte de benefícios ao setor de refrigerantes			Segue para a Câmara		1,78 AO ANO
Permite a criação de até 300 municípios			Segue para a Câmara		Não estimado

Congresso derruba veto a reajuste de servidores

Categorias reivindicam aumentos salariais que podem provocar impacto de R\$ 17,5 bi

Idiana Tomazelli
Adriana Fernandes /
BRASÍLIA

Depois de um dia inteiro de pressão dos servidores, o Congresso Nacional derrubou o dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 que proíbe a aprovação de reajustes ao funcionalismo no ano que vem. A decisão abre caminho para que os servidores da União que só negociaram acordos salariais até 2017 intensifiquem sua mobilização para emplacar novos aumentos. A conta pode chegar a R\$ 17,5 bilhões, apurou o "Estadão/Broadcast".

Essas carreiras querem igualar as condições negociadas por outras categorias que fecharam reajustes até 2019. A inclusão do dispositivo que proíbe novos reajustes no ano que vem tinha como objetivo segurar essa pressão e aliviar a folha de pessoal da União do próximo governo, mas acabou sendo rejeitada pelo Congresso. Agora, os servidores poderão pressionar por aumentos, que terão de ser aprovados um a um pelo Congresso.

Mais cedo, os parlamentares já tinham enfrentado a pressão dos servidores na Comissão Mista de Orçamento (CMO). A proibição aos reajustes chegou a ser aprovada sob protestos. O relator da LDO, senador Dalírio Beber (PSDB-SC), decidiu incluir a proibição diante da situação das contas públicas e resolveu ouvir os apelos da equipe econômica, que levou o problema para ele durante a preparação do parecer.

O ano de 2019 será o sexto com déficit primário, ou seja, com despesas maiores que receitas. Com menos gastos de pessoal, o governo teria mais espaço para administrar o Orçamento do ano que vem. No entanto, o próprio líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), tentou derrubar o trecho na comissão, embora a proposta de congelamento dos salários tivesse apoio da área econômica. O relator da LDO evitou comentar essa manobra. "Cada um tem a sua opinião, eu respeito nossos pares."

Protestos. A proposta de proibir os reajustes via LDO enfrentou forte resistência do funcionalismo durante o dia. Do lado de fora da Câmara, servidores fizeram protestos com bandeiras e faixas e levaram um boneco inflável com

chifres e uma faixa presidencial. A segurança foi reforçada. Dentro, representantes de entidades, principalmente ligadas a juízes, fizeram corpo a corpo com deputados e senadores que integram a CMO.

Muitos desses servidores se aglomeraram na porta da sala da comissão. O presidente em exercício da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Paulo César Alves das Neves, diz que a categoria já tem uma perda acumulada de 43% entre 2006 e 2018. Eles dependem da elevação do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal – e consequentemente do teto de todo o funcionalismo – para ter aumento. O teto remuneratório é de R\$ 33,7 mil mensais.

Mesmo com a aprovação de um parecer considerado "duro" do ponto de vista de ajuste fiscal, o relator precisou fazer concessões. Em uma delas, passou a permitir a criação de cargos e funções nos casos em que já existe lei aprovada. Técnicos explicaram que já existem autorizações em lei para a criação desses cargos – como no caso de universidades federais criadas nos últimos cinco anos –, mas sem a previsão na LDO 2019 não seria possível preencher esses postos. A mudança





foi feita para contemplar esses casos, disse o relator. O projeto também pretendia obrigar o próximo governo a cortar 5% da despesa com custeio administrativo em 2019, mas esse trecho também foi derrubado.

Novas regras. Apesar da pressão para manter a possibilidade de reajustes, os deputados e senadores acabaram aprovando a proibição a aumentos em benefícios como auxílio-alimentação e auxílio-moradia. Segundo o relator, o texto também impede a criação de outros cargos

e funções que não estejam previstos nas exceções listadas.

Ficou vedada ainda a concessão de novos benefícios fiscais, e o texto cobra do atual presidente o envio, até 31 de agosto, de um plano com medidas para reduzir as renúncias tributárias em pelo menos 10% em 2019. O texto ainda cobra do próximo presidente o envio, no primeiro trimestre de 2019, de um plano de revisão de receitas e despesas que inclua medidas para cortar benefícios fiscais e tributários à metade em uma década.

Comissão aprova brecha para liberar indicações políticas

A comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou ontem parecer que volta a permitir indicações políticas para diretoria ou conselho de administração de estatais. O veto começou em 2016, ano em que foi aprovada a Lei das Estatais, proibindo indicações para esses cargos de pessoas que tenham atuado nos três anos anteriores em partidos políticos ou em trabalho vinculado a campanhas eleitorais. A medida foi incluída no texto da Lei Geral das Agências Reguladoras.

O texto pode ir direto para o Senado, a menos que haja recurso para apreciação pelo plenário da Câmara. O PT já anunciou que encaminhará um pedido para que isso seja feito. O objetivo da Lei Geral das Agências Reguladoras é garantir autonomia às autarquias, dar mais transparência à regulação e estabelecer medidas para evitar interferência no trabalho dos

órgãos reguladores. Criadas para fiscalizar a prestação de serviços públicos por empresas, as agências controlam a qualidade dos serviços e estabelecem regras para setores como petróleo, telefonia, energia, medicamentos, alimentos, planos de saúde e transporte de passageiros.

No entanto, com a lei que tenta blindar as agências reguladoras de interferência política emperrada na Câmara, deputados e senadores travam uma batalha para fazer indicações para as vagas de diretoria desses órgãos. Diferentemente das estatais, que após a aprovação da lei tiveram de aumentar as exigências para preencher cargos, os únicos critérios para ser indicado para a direção de uma agência reguladora são formação superior e conduta ilibada./ I.T. e PEDRO LADISLAULEITE

Governo vê queda do PIB no 2º trimestre

Técnicos da equipe econômica já admitem que, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciar o Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre, o resultado será uma queda de até 0,5%. Com isso, admitem auxiliares do presidente Michel Temer, o crescimento da economia brasileira não ultrapassará 1% em 2018. A atividade foi afetada pela greve dos caminhoneiros, que abalou a confiança de empresários e consumidores. Para piorar, as incertezas eleitorais paralisaram decisões de investimento.

Sem ter clareza sobre quem comandará o país a partir de janeiro de 2019, empresários temem que a agenda de reformas necessárias para reequilibrar as contas públicas seja abandonada. Diante das perspectivas negativas, o Ministério da Fazenda revisará a estimativa de crescimento em 2018 para 1,5%, percentual próximo à mediana das expectativas de mercado. A nova projeção será apresentada no Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, que será divulgado até 27 de julho. A última previsão era de 2,5%. A redução acompanhará movimento já feito pelo Banco Central (BC), que passou a prever uma alta de 1,6% do PIB.

Ainda ontem, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou relatório em que reduz de 2,3% para 1,8% a estimativa de

crescimento do Brasil neste ano. O cenário deve ficar mais claro após a divulgação dos resultados do comércio e do setor de serviços em maio. Os dados serão publicados hoje e amanhã, respectivamente, pelo IBGE. As estimativas do mercado apontam para retração de 3,2% no volume de vendas do comércio e para queda de 4% no setor de serviços.

O diretor de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco, Fernando Honorato Barbosa, lembrou que, apesar de a queda de 10,9% na produção industrial de maio ter sido menor que a esperada pelo mercado, os indicadores antecedentes de junho mostram que a recuperação após a paralisação está lenta, possivelmente devido à Copa do Mundo.

“Em maio, o setor mais afetado foi a produção de bens duráveis, especialmente veículos. Diante disso, projetamos retração de 0,3% do PIB no 2º trimestre. Como já temos alertado, parte das perdas desse período é irrecuperável, e o impacto sobre a confiança pode limitar a recuperação da atividade nos meses à frente”, detalhou Barbosa. Nas contas dele, a economia registrará um tímido crescimento de 1,5% em 2018. Em junho, observou, a confiança de empresários e consumidores continuou em queda, segundo diversos indicadores.

Incertezas

A falta de clareza sobre o cenário eleitoral continuará a pressionar o nível de atividade e afetará, sobretudo, os investimentos, avaliou o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Fábio Bentes. De acordo com ele, o PIB terá alta de 1,6% em 2018, mas o resultado pode piorar diante dos efeitos da greve dos caminhoneiros, da redução da confiança e da paralisação de empresários e investidores.

Bentes estima retração de 4% do volume de vendas do comércio em maio e resultado também negativo no setor de serviços. Segundo o economista, todo esse processo afetou o consumo das famílias, que deve crescer 2% no ano, ante previsão anterior de 2,7%. “O governo tenta alavancar o consumo com a liberação de saques do PIS e do Pasep, mas esse empurrão deve favorecer o PIB do terceiro trimestre”, detalhou.

O consumo das famílias, lembrou Bentes, continuará a favorecer o crescimento econômico, mas em menor intensidade. Mas, com a incerteza eleitoral, empresários e consumidores tendem a adiar as decisões de investimentos e de compras a longo prazo. “Não houve uma evolução de candidatos mais





comprometidos com reformas. Por isso, há tanta incerteza”, disse.

A desaceleração do ritmo da atividade econômica começou ainda no primeiro trimestre, avaliou o economista-chefe da Quantias Asset, Ivo Chermont. A expectativa do mercado era de crescimento de até 3% em 2018, mas o resultado do início do ano foi frustrante. “Em seguida, tivemos um choque forte, com a greve dos caminhoneiros. Há retomada de parte da atividade, mas outra se perdeu. Além disso, temos uma combinação de cenário externo volátil, dólar caro e cenário político incerto. Somando tudo isso, temos menor confiança”, destacou.

Nas contas de Chermont, a economia terá uma retração de 0,2% no terceiro trimestre e terminará o ano com alta de 1,3%. Conforme ele, esses dados podem ser revisados a partir do momento em que houver mais clareza do impacto da paralisação dos caminhoneiros na atividade. “Os dados antes da greve mostravam uma melhora do ambiente, mas, agora, precisamos ter mais cautela ao fazer uma avaliação. Ficou mais difícil entender a dinâmica da economia brasileira, já que o choque foi muito forte. A impressão é de que, se não tivesse ocorrido a paralisação, o país poderia crescer perto de 2%”, comentou.



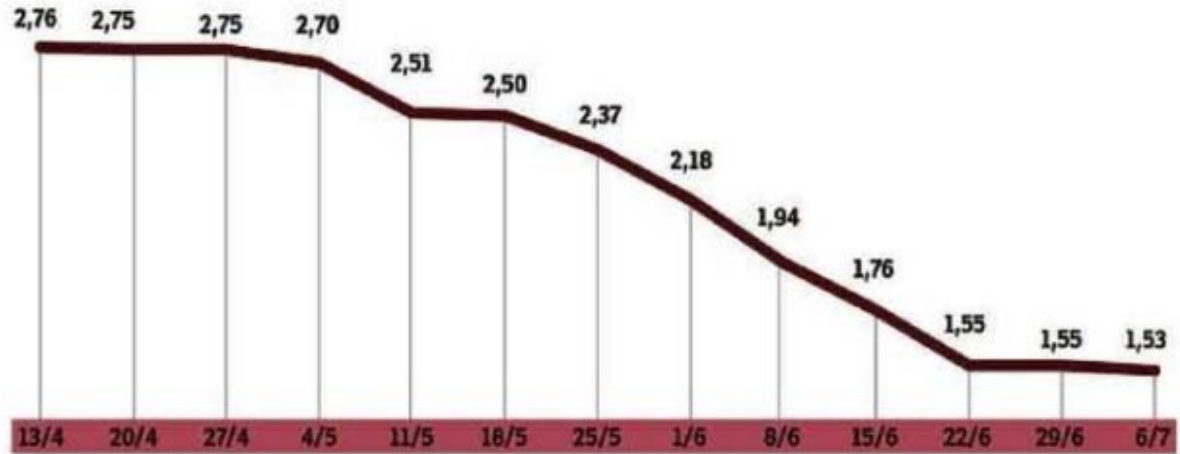


Recuperação lenta

Mercado estima crescimento econômico tímido em 2018

ESTIMATIVAS

Mediana das expectativas apuradas pelo BC (em %)



PROJEÇÕES REVISTAS (em %)

Governo reduz previsão de crescimento do PIB

	Banco Central	Ministério da Fazenda
Mar/18	2,6	2,5
Jun/18	1,6	1,5



Ameaça global

A guerra comercial entre Estados Unidos e China pode reduzir o crescimento mundial em 0,4 ponto percentual entre 2018 e 2019, estimam bancos e consultorias. Além disso, a disputa terá efeitos sobre os mercados emergentes. Após o presidente norte-americano, Donald Trump, anunciar que pretende impor tarifa de 10% sobre o equivalente a US\$ 200 bilhões em produtos chineses, o dólar fechou em alta de 2,13% no Brasil, vendido a R\$ 3,88.

O Senado norte-americano manifestou contrariedade às decisões do presidente. Por 88 votos a 11, os parlamentares aprovaram uma moção para que o Congresso participe mais das negociações comerciais. A medida, entretanto, é não vinculante, ou seja, não afeta diretamente as ações de Trump.

Analistas avaliaram que se trata de uma ação de senadores republicanos que estão dispostos a

contrariar o chefe do Executivo. Os Estados Unidos já impuseram tarifas de 25% sobre US\$ 34 bilhões em importações chinesas e devem sobretaxar US\$ 16 bilhões adicionais. A China respondeu com tarifas sobre US\$ 34 bilhões em exportações norte-americanas, incluindo soja, automóveis e aeronaves, e prometeu retaliar novas ações de Trump.

Nas contas do economista-chefe do Itaú Unibanco, Mario Mesquita, a guerra comercial pode derrubar o crescimento norte-americano em 0,25 ponto percentual. Entretanto, os efeitos seriam piores na China (-0,40 pp) e na Europa (-0,46 pp). “Apesar de a guerra comercial estar centrada nas ações dos Estados Unidos, a economia norte-americana é menos aberta do que outras, com grande parcela de commodities nas exportações, produtos para as quais seria mais fácil encontrar novos compradores”, comentou. (AT)